

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PAULO FREIRE: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS - PAULO FREIRE: PEDAGOGICAL IMPLICATIONS

Valdirene Rover de Jesus **SILVA**¹

Resumo: A busca de métodos e práticas pedagógicas adequadas à realidade sociocultural e às necessidades dos educandos da Educação de Jovens e Adultos sempre foi um grande desafio a ser enfrentado. Essa pesquisa busca refletir acerca da Educação de Jovens e Adultos, enfatizando as contribuições de Paulo Freire, a fim de promover uma melhor compreensão sobre a inclusão e inserção no sistema de ensino de Jovens e Adultos que não tiveram acesso à educação na idade adequada, e não tiveram a oportunidade de construir sua cidadania através do ingresso e da qualificação profissional, por intermédio da escolarização.

Palavras-chaves: Paulo Freire. Educação de Jovens e Adultos. Filosofia de Educação.

Abstract: The search for pedagogical methods and practices appropriate to the sociocultural reality and the needs of the learners of Youth and Adult Education has always been a great challenge to be faced. This research seeks to reflect on youth and adult education, emphasizing the contributions of Paulo Freire, in order to promote a better understanding of the inclusion and inclusion in the education system of young and adults who did not have access to education at the appropriate age, and Did not have the opportunity to build their citizenship through entry and professional qualification, through schooling.

Key-words: Paulo Freire. Youth and Adult Education. Philosophy of Education.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade educacional que atende educandos trabalhadores. O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96 – prescreve que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Nessa perspectiva, coerente com o perfil destes educandos, o papel fundamental da escola é “superar o ensino de caráter enciclopédico, centrado mais na quantidade de informações do que na relação com o conhecimento” (PARANÁ, 2008, p. 31). Os conteúdos das disciplinas devem “estar

¹ Mestre em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professora da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Pesquisadora do grupo de pesquisa Diálogos linguísticos e ensino: saberes e práticas (CNPQ/UENP). valrover@gmail.com.

articulados à ‘realidade’, considerando sua dimensão sócio-histórica, articulada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, dentre outros” (PARANÁ, 2008, p. 31 – grifo nosso).

Pautado nesses pressupostos, o presente estudo tem como enfoque principal o processo de ensino e aprendizagem na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, doravante EJA, bem como a concepção de educação postulada por Paulo Freire, ou seja, o conjunto de processos de aprendizagens com que os educandos dessa modalidade ampliam sua visão de mundo para atender as suas próprias necessidades e as da sociedade.

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. (FREIRE, 1996)

Tomados pelas palavras de Freire, tem-se como objetivo ponderar sobre a EJA e a concepção pedagógica proposta pelo autor, buscando a adequação à realidade social e cultural dos jovens e adultos, bem como uma reflexão acerca do trabalho na EJA como formador de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade.

Nesse âmbito, serão abordados os seguintes aspectos: um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos, a filosofia de trabalho proposta por Freire, o perfil dos educandos da EJA e as especificidades dessa modalidade de ensino. O presente trabalho visa, portanto, servir como reflexão para a construção de uma educação que contribua para a formação de cidadãos capazes de interferir sobre a realidade, buscando a melhoria da qualidade de vida para si e para os demais, através da consciência política e da responsabilidade histórica, pois “é na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de endereçar-se até sonhos, ideias, utopias e objetivos, que se acha [...] a politicidade da educação” (FREIRE, 1996, p. 69).

Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Para melhor compreensão do tema desse trabalho torna-se essencial conhecer um pouco sobre a história da educação de jovens e adultos no Brasil. A Diretriz Curricular da Educação Básica do Estado do Paraná – Educação de Jovens e Adultos, (2008, p. 16-26) traz uma síntese desse percurso, conforme a descrição:

No período colonial, a educação tinha cunho religioso e o objetivo de impor a religião católica e cultura europeia. O descaso com a educação nessa época estava relacionado com a

preocupação das elites em ampliar o seu poder econômico através do aumento do número de escravos.

Durante quase quatro séculos, é possível observar, o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos. De acordo com Paiva (1983), essa realidade pode ser comprovada pelos dados do Censo Nacional de 1890, que informava a existência de 85,21% de iletrados na população total brasileira.

No final do século XIX e início do século XX são aprovados projetos de leis como o objetivo de aumentar o contingente eleitoral. A Lei Saraiva de 1882, incorporada posteriormente à Constituição Federal de 1891 inviabiliza o voto ao analfabeto. Com a Reforma João Alves, em 1925, estabeleceu-se o ensino noturno para jovens e adultos com o objetivo de aumentar o número de eleitores, em atendimento aos interesses da classe dominante.

Em 1934, pela Constituição Federal, foi instituída no Brasil a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para todos e, em 1942, há a ampliação da reforma educacional, reconhecendo a Educação de Jovens Adultos como modalidade de ensino.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a educação de adultos passa a ser considerada como uma educação diferente do ensino regular. No final dos anos cinquenta e início dos sessenta, observa-se o crescimento de uma nova visão na educação brasileira, baseada nas ideias de Paulo Freire que desenvolveu uma pedagogia voltada para as necessidades das camadas populares, através de uma educação de jovens e adultos emancipadora e libertadora.

De acordo com Soares (2014, p. 121), “Paulo Freire definia já a alfabetização como conscientização, politização, meio de tornar o homem o homem consciente de sua realidade e de sua possibilidade de transformá-la”. Neste momento inicia-se a execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) tendo como objetivo a construção de uma política nacional de alfabetização de jovens e adultos. No entanto, o golpe militar de 1964 impediu a organização de muitas experiências nessa área. Alguns anos mais tarde, o próprio governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Com a publicação da Lei 5692/71 é criado um capítulo para o ensino supletivo e o Parecer 699/72, do Conselho Nacional de Educação (CNE), atribui os cursos supletivos seriados e os exames com certificação.

A partir de 1985, o governo federal extingue o MOBRAL e cria a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação EDUCAR). Em 1986, é organizada uma Comissão que cobrava do estado a oferta gratuita do ensino de 1º Grau aos jovens e adultos, considerando as características específicas da modalidade.

Com a Constituição de 1988, a educação de jovens e adultos passa a ser reconhecida enquanto modalidade específica e é estabelecido o direito à educação gratuita a todos os indivíduos, inclusive aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Em 1990, ocorre a extinção da FUNDAÇÃO EDUCAR e na mesma década é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96, em que a Educação de Jovens e Adultos passa a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, tendo características próprias. Cria-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentado pela Lei 9394/96, na qual é vetada a contabilização das matrículas do Ensino Fundamental nos cursos de Educação de Jovens e Adultos, para fins de repasse de recursos.

Em 10 de maio de 2000, foram promulgadas as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DNEJA), explicitando: as especificidades de tempo e espaço dos jovens e adultos; o tratamento presencial dos conteúdos curriculares; a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; a fundamental formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de Educação de Jovens e Adultos; integração entre a base “nacional comum” do ensino fundamental e médio com o que se pode denominar de “nacional diversificada”. O documento ressalta a Educação de Jovens e Adultos como direito, deslocando a ideia de compensação e substituindo-a pelas de reparação e equidade (BRASIL, 2000). Nesta época, é importante ressaltar a inclusão da educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em nove de janeiro de dois mil e um.

Com base nas proposições apresentadas, conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos nunca foi prioridade nas políticas educacionais. Atualmente, embora haja uma legislação que garanta o acesso e a permanência à educação para todos os brasileiros, infelizmente, a realidade é uma educação que continua recebendo educandos excluídos de um sistema de ensino fragmentado e que não garante a todos uma educação de qualidade.

Filosofia de Paulo Freire

Vale a pena ressaltar que o objetivo desse trabalho não é descrever e explicar detalhadamente o que muitos chamam de “Método Paulo Freire”. Busca-se apenas refletir acerca da concepção de educação postulada por Freire, o que será feito durante todo o estudo e sua

contribuição para a educação, em especial para a Educação de Jovens e Adultos que revolucionou a educação no Brasil e em muitos lugares do mundo.

Recorre-se, então à Magda Soares para quem Paulo Freire foi o maior educador brasileiro. Em seu artigo “Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método” (SOARES, 2014, p.117-122) publicado no livro *Alfabetização e Letramento*, a autora discorre sobre o trabalho de Freire. Para ela, identificar Paulo Freire com um método de alfabetização de adultos é uma incorreção e uma redução porque o método é tomado com o sentido restrito que tem para a pedagogia e não é o sentido que deveria ter. Dessa forma, não se pode afirmar que Paulo Freire criou um método de alfabetização, ele fez muito mais que isso “criou uma concepção de alfabetização, no quadro de uma também nova concepção de educação” (SOARES, 2014, p. 119).

Nesse artigo Soares afirma que a concepção de educação postulada por Freire considera a educação como uma prática de liberdade e conscientização, como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo. Quando Freire assevera que escolher ensinar ta-te-ti-to-tu de tijolo para trabalhadores da construção civil, no lugar de va-ve-vi-vo-vu de Eva viu a uva sem que essas palavras façam parte da vida dos alunos, nega a alfabetização como aquisição de uma técnica mecânica de codificação/decodificação e assume a alfabetização como um ato de criação, de reflexão, de conscientização, de libertação.

Nesse sentido, Soares (2014) fundamenta seu pensamento de que Paulo Freire criou uma concepção de alfabetização que “transforma fundamentalmente o ‘material’ com que se alfabetiza, o ‘objetivo’ com que se alfabetiza, as ‘relações sociais’ em que se alfabetiza – enfim: o ‘método’ com que se alfabetiza” (p. 120 - grifos do autor).

Quanto ao material com que se alfabetiza Soares (2014) explica que na proposta de Freire, são selecionadas palavras do universo vocabular dos alunos e que atendam a uma sequência adequada das relações fonema-grafema, são palavras que carregam um significado social, cultural, político, vivencial, a saber, os temas geradores. O objetivo da alfabetização modifica-se ao não mais se resumir as técnicas de domínio da leitura e da escrita, mas sim uma alfabetização como tomada de consciência crítica como superação de uma consciência ingênua. Por último, transforma as relações sociais uma vez que o alfabetizando é visto como um participante do grupo e o professor como um coordenador dos debates por meio do diálogo.

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece e se pensa o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê o contra quem, são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo (FREIRE, 2002, p. 46).

Soares (2014) enfatiza ainda que a proposta de Freire “assume e respeita o alfabetizando como um sujeito ativo que traz experiências e sabedoria, que vive e sofre um lugar social – é a política e filosofia da conscientização e libertação” (p. 121). E finaliza o artigo com maestria afirmando que “métodos de alfabetização vão e vêm, surgem e desaparecem; Paulo Freire permanece e permanecerá, apesar de termos perdido sua presença física” (p. 122).

Assim como Soares, Mendonça e Mendonça (2009) afirmam que Paulo Freire não elaborou um método, mas sim uma filosofia de educação. Enfatizam que embora a proposta de Freire tenha uma sequência de passos a serem seguidos propicia ao aprendiz uma “reflexão e crítica de sua realidade, por meio da leitura do mundo, ou seja, da sociedade e de seu momento histórico, garantindo a contextualização de todo o trabalho” (MENDONÇA, MENDONÇA, 2009, p. 74).

Mendonça e Mendonça (p. 75–76) apresentam os passos da filosofia de Freire da seguinte forma: a) Codificação: a representação de um aspecto da realidade expresso pela palavra geradora, por meio da oralidade, desenho, dramatização, mímica, música e de outros códigos que o alfabetizando já domina. b) Descodificação: é a releitura da realidade expressa na palavra geradora para superar as formas ingênuas de compreender o mundo, através da discussão crítica e do subsídio do conhecimento universal acumulado. c) Análise e síntese: objetiva levar o aprendiz à descoberta de que a palavra escrita representa a palavra falada, através da divisão da palavra em sílabas e apresentação de suas famílias silábicas e, a seguir, junção das sílabas para formar novas palavras. d) Fixação da leitura e escrita: revisão da análise das sílabas da palavra e apresentação de suas famílias silábicas para, formar novas palavras com significado e para composição de frases e textos, com leitura e escrita significativas.

Os autores (2009) asseveram também que antes da análise e síntese da palavra geradora, é essencial ler o mundo, por meio de linguagens que o alfabetizando já conhece: diálogo, desenho, dramatização, despertando a sua capacidade de identificar problemas da realidade. Para a escolha das palavras geradoras é preciso levantar o universo vocabular dos alunos estabelecendo um corpus que possibilita também a descrição inicial de traços do falar da comunidade.

Perfil dos alunos da EJA, especificidades da modalidade

Compreender o perfil da Educação de Jovens e Adultos requer conhecer a sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que em algum momento afastou-se da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou

culturais (PARANÁ, 2005, p. 41). O documento enfatiza o perfil dos educandos que frequentam a EJA:

Os adolescentes, provenientes de frequente reprovação e evasão no Ensino Fundamental e Médio, estão hoje muito presentes nas escolas de Educação de Jovens e Adultos, uma vez que a legislação vigente estabelece como idades mínimas para ingresso na modalidade: 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Médio. Pessoas idosas tem cada vez mais procurado a Educação de Jovens e Adultos como oportunidade para ampliação de seus conhecimentos e convívio social. Outro grupo muito presente na Educação de Jovens e Adultos é o da mulher que durante muito tempo sofreu e ainda sofre as consequências de uma sociedade extremamente machista que muitas vezes a impede de ingressar ou de prosseguir nos estudos. Há também na Educação de Jovens e Adultos um número crescente de educandos com necessidades educacionais especiais, uma vez que a chamada “inclusão” está cada vez mais presente nas escolas. A Educação de Jovens e Adultos abrange também a “educação do campo” que deve ser respeitada, no sentido da valorização dos seus moradores, do seu trabalho, da sua história, da sua cultura e dos seus conhecimentos. É importante lembrar ainda dos povos indígenas, que possuem uma cultura específica e até uma língua diferenciada que deve ser respeitada.

Nessa perspectiva, a modalidade precisa dispor de práticas pedagógicas que considerem quem é o educando da Educação de Jovens e Adultos. É preciso considerar que os alunos procuram uma educação formal, seja para suprir suas próprias necessidades, seja por exigências trabalhistas. Assim sendo, “educador e educandos (liderança e massa), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos, não só de desvelá-la e, assim criticamente conhecê-la, mas também no de re-criar este conhecimento” (FREIRE, 2005, p. 31).

Sob tal enfoque, a Educação de Jovens e Adultos precisa ter uma prática pedagógica que estimule no educando o desejo de saber, de aperfeiçoar-se, de fazer novas descobertas que favoreçam o autoconhecimento, de intervir no espaço em que se encontra, rompendo silêncios impostos pelos processos de exclusão do sistema escolar, uma vez que “ensinar a aprender só é válido, desse ponto de vista, repita-se quando os educandos aprendem a aprender a razão de ser do objeto ou do conteúdo” (FREIRE, 1992, p. 42). Precisa desenvolver uma ação que contribua para ampliar a consciência crítica do aluno, sua competência comunicativa e sua responsabilidade frente ao mundo em que vive e que facilite o acesso do educando aos bens culturais historicamente acumulados pela humanidade que permitem maior integração do indivíduo à sociedade a que pertence, auxiliando-o assim, a se livrar da exclusão social, sem desvalorizar a sua própria cultura, pois, conforme Freire (2005, p. 32) “ao alcançarem na reflexão e na ação em

comum este saber da realidade, se descobrem como refazedores permanentes”. Tendo em vista esse papel,

É preciso que, ao respeitar a leitura de mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa. E a curiosidade assim metodicamente rigorosa. E a curiosidade assim metodicamente rigorosa faz achados cada vez mais exatos. No fundo, o educador que respeita a leitura de mundo do educando, reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, desta forma, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica. (FREIRE, 1996, p. 77)

Conforme o fragmento acima é necessário considerar o perfil dos educandos, o nível de escolarização, a situação social, cultural e econômica e as suas necessidades, bem como, as metodologias e materiais adequados para suprir as necessidades de jovens e adultos que não puderam prosseguir nos estudos, muitas vezes não por vontade própria, mas por imposição de uma sociedade excludente em sua essência.

A DCE – Educação de Jovens e Adultos (2005, p. 37), orienta a estruturação do ensino na modalidade em três eixos: Tempo, Cultura e Trabalho. Com relação ao tempo afirma que, “cada sujeito possui um tempo de formação, com elaboração entre saberes locais e universais, a partir de uma perspectiva de ressignificação da concepção de mundo e de si” (PARANÁ, 2005, p. 46). Assim, é de suma importância que no processo educativo, o tempo de aprendizagem de cada aluno seja valorizado e que seus limites sejam respeitados, pois não existe um tempo certo de aprendizagem para todos. É evidente que um adolescente de 17 anos, recém-saído do Ensino Fundamental, levará menos tempo para atingir os objetivos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental – Fase II do que um idoso que está afastado da escolarização formal há 50 anos.

A cultura é o eixo principal e deve nortear toda a ação pedagógica. Freire (2002, p. 16), ensina que é preciso respeitar os saberes com que os educandos chegam à escola. Jovens e adultos possuem uma gama de conhecimentos de senso comum, mas que fazem parte da sua trajetória de vida e foram construídos culturalmente, a partir da sua vivência com um grupo social.

Em outro dizer, Freire (2005, p. 20), postula que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, é necessário, então, que Jovens e Adultos consigam primeiro ler o seu mundo, valorizando sua cultura e suas origens, para a partir dele, construir o conhecimento e começar a transformar a sua realidade. Para o autor, o educador deve conectar-se aos saberes dos alunos, ampliar seus conhecimentos e desenvolver uma postura reflexiva, frente a novos contextos. Respeitar “os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos” (FREIRE,

2005, p. 16), é o melhor ponto de partida para qualquer ação educativa.

O mundo do trabalho é de extrema importância para os educandos da EJA, já que são alunos trabalhadores em quase sua totalidade e muitos retornam à escola buscando melhores colocações profissionais. “compreender que o educando da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho e que através deste busca melhorar sua qualidade de vida, significa contemplar discussões relevantes sobre a função do trabalho na vida humana” (PARANÁ, 2005, p. 46).

Vale acentuar que todo aprendizado na EJA deve ser pautado no diálogo, “ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico” (FREIRE, 1992, p. 44). É somente através de uma prática educativa verdadeiramente democrática que educando da EJA aprende. Antes de mais nada, é preciso “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (FREIRE, 2002, p. 27).

Nessa concepção, as práticas pedagógicas devem considerar o processo de construção de conhecimento do aluno, dando espaço e valor às suas histórias pessoais, considerando a diversidade característica dos educandos, “uma vez que a construção e a re(construção) do conhecimento constituem-se em uma troca entre sujeitos, tendo como referência a realidade na qual ambos estão inseridos” (PARANÁ, 2005, p. 52). São princípios enfatizados por Freire (2002, p.12), “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Para Freire (2001), alfabetizar implica muito mais do que o domínio da técnica da escrita e leitura, já que o ler e escrever permite ao sujeito ressignificar seu estar no mundo. Esse ressignificar pode ser entendido como desvendar as formas de organização social, e de alguma forma, desenvolver uma consciência crítica que possibilite certas práticas políticas de mobilização e organização:

Só assim alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre o seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que assim deixa de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação. Só assim nos parece válido o trabalho de alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem, embora analfabeto, descobrindo a relatividade da ignorância e da sabedoria, retira um dos fundamentos para a manipulação pelas falsas elites. Só assim a alfabetização faz sentido. (FREIRE, 1975, apud SOARES, 2014, p. 119)

Freire (2002, p. 35), assevera que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um

imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” Isto posto, a Educação de Jovens e Adultos deve respeitar as marcas sociais e culturais dos educandos; transpor o censo comum para chegar ao científico; respeitar os diferentes níveis de leitura e escrita; propor uma estrutura flexível pautada na dialogicidade em que todas as culturas sejam valorizadas e os conteúdos sejam significativos; respeitar o perfil dos educandos e atender as suas necessidades, estimulando a autonomia e fornecendo condições para atuar no mundo do trabalho e exercer a cidadania. Pode parecer muita coisa, mas de acordo com Freire (2001, p. 47), “não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”.

Considerações finais

Com a realização desse trabalho verificou-se que a Educação de Jovens e Adultos apresenta uma identidade que a diferencia da escolarização regular e essa diferenciação não é apenas uma questão de especificidade etária, mas, principalmente, uma questão de especificidade social, histórica e cultural. São alunos que não conseguiram concluir seus estudos na idade adequada e que agora precisam fazê-lo de forma garantida pela legislação e pela adequação do ensino da Educação de Jovens e Adultos às suas especificidades. Foi possível constatar-se que ela é uma educação possível, necessária e um processo permanente.

Este estudo possibilitou identificar as características específicas das práticas pedagógicas do trabalho com jovens e adultos e a importância das contribuições de Paulo Freire para a modalidade. “A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos” (FREIRE, 2005, p.38).

Por último, diante das reflexões postuladas nesse trabalho fica a seguinte questão: As práticas pedagógicas usadas por alfabetizadores e professores da Educação de Jovens e Adultos estão respeitando o perfil dos educandos e as características da modalidade?

Referências

- BRASIL. *Lei n. 9394*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- _____. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos*. Brasília, 2000.
- _____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, 2002. Disponível em: <<http://www.sabotagem.revolt.org>>. Acesso em: 21 abr. 2013, 19:46.

- _____. *Política e educação*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 17ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MENDONÇA, Onaide Schwartz; MENDONÇA, O. C. *Alfabetização Método sociolinguístico: Consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 2009.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. *Diretrizes curriculares da educação básica – língua portuguesa*. Curitiba: SEED, 2008.
- _____. *Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos no estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 2005.
- SOARES, Magda. *Letramento. Um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- ZABALA, Antoni. *Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Chegou em: 22-03-2017

Aceito em: 04-06-2017